

# MP pede quebra de sigilo de empresas de Ricardo Sérgio

Sérgio Prado e Patrícia Cunegundes\*  
de Brasília

O Ministério Público Federal pediu, ontem, à Justiça a quebra de sigilo bancário da **Corretora RMC** e da empresa de consultoria **Planefin**, ambas de propriedade do ex-diretor do Banco do Brasil, Ricardo Sérgio de Oliveira. O pedido também foi estendido às empresas **Consultatum** e **Antares**, que têm como sócio Ronaldo de Souza, amigo e parceiro de negócios de Ricardo Sérgio. A Antares fica nas Ilhas Virgens. O ex-diretor do Banco do Brasil já está sendo investigado pela Receita Federal devido a inconsistências detectadas em suas declarações ao fisco referentes a 1998 e 1999.

O procurador da República Luiz Francisco de Souza, à frente das investigações, solicitou ainda à Receita uma auditoria fiscal nas declarações de Ronaldo de Souza e de sua mulher, Vera Regina Freire de Souza. Também pediu a quebra de sigilo bancário da empresa **Westchester**, que também era de Ricardo Sérgio; da **Rivoli Participações** e da **141 Participações**, que poderiam ter sido utilizadas para pagar propina de R\$ 90 milhões durante o processo de privatização do sistema **Telebrás**. A **Construtora Ricci**, de José Stefanis Gringo, sócio de Ricardo Sérgio na RMC, também poderá ter seu sigilo bancário quebrado.

Segundo o procurador, a Receita Federal havia pedido dados apenas de Ricardo Sérgio e de sua mulher, Elizabeth Salgueiro de Oliveira. "Para a investigação, isso não é suficiente, pois grande parte dos ganhos que ele recebeu não vieram do **Banco do Brasil**, mas de negócios de suas empresas e em parceria com Ronaldo Souza", justificou.

Luiz Francisco de Souza acrescentou ao seu pedido a auditoria de Sérgio Bernstein, diretor da Rivoli e que pode estar relacionado à suposta pro-

pina durante venda da **Companhia Vale do Rio Doce**, Miguel Ethel (que teria ganho R\$ 1 milhão para montar o consórcio da **Telemar**), José Brafman, que trabalhava com o ex-diretor do BB, além de João Bosco Madeiro da Costa e Jair Bilachi, ex-diretor de Investimentos da Previ e ex-presidente do fundo de pensão dos funcionários do BB, respectivamente.

Apesar das suspeitas de atuação irregular da **Previ**, o presidente do BB, Eduardo Guimarães, afirmou ontem que, boa parte das acusações sequer dizem respeito ao banco, mas admitiu que, se houver fato que mereça ser apurado ele pode solicitar investigações na Previ.

A investigação do episódio ganhou ontem mais duas frentes. No Senado, o bloco de oposição desencadeou a tomada de assinaturas para uma CPI. É necessária a assinatura de pelo menos 27 senadores. "Quem não deve não teme, nem treme", diz a senadora alagoana Heloísa Helena (PT). "Se nada for provado, haverá um salvo conduto inquestionável para quaisquer dos acusados de irregularidades".

O mesmo caminho foi adotado pelos oposicionistas na Câmara dos Deputados, onde o número de assinaturas precisaria ser de 171 congressistas. Depois de longa reunião, PT, PDT, PSB, PC do B e PL anunciaram um pedido de CPI. A Casa que conseguisse primeiro fechar a lista formalizaria o pedido na presidência de sua Mesa.

"Seria uma CPI curta, de 60 dias", afirma o líder do PT na Câmara, João Paulo Cunha (SP). Entretanto, poucos acreditam na hipótese. "As manifestações das cúpulas dos outros partidos e do presidente da Câmara indicam, a intenção de impedir a completa investigação dos fatos e punição dos responsáveis", afirma a nota dos partidos de oposição.

(\*Colaborou Camila Matias)